

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, no SEP/Quadrado 511, bloco C, Ed. Bittar – 4º andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil, ocorreu a 18ª reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); DIEGO BERGAMASCHI (SINESP); JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM); LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB); MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO (IBAMA); JORGE ENOCH FURQUIN WERNECK LIMA (EMBRAPA); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); ANA PAULA DIAS MACHADO DE CASTRO PESSOA (FIBRA); TEREZINHA LIMA (ÚNICA/DF); ANA PALMIRA SILVA (CBH/PARANÓIA); MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES); SÉRGIO KOIDE (UNB); JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR (UNB); e LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (FÓRUM DAS ONGs). Participaram como convidados: Jorge Arthur (SURSA/SEMA), Eliane Rodrigues de Lima Rocha (CAESB), Lany Alves Coelho (IBAMA), Maria Silvia Rossi (SUPLAN/SEMA), Irene Custódia Magalhães Mesquita (SUAC/SEMA), Cárcius Azevedo (SEMA), Ludmyla Castro e Moura (SEMA), Tereza Cristina Esmeraldo de Oliveira (SEMA), Ivens Drumond (SEMA), Vanessa Cortines Barroncas (SEMA). O presidente iniciou a reunião cumprimentando a todos e informou que não será possível aprovar a ata prevista no **item 1** da pauta. Prosseguiu com o **item 2** da pauta: Diagnóstico da Situação da Disponibilidade Hídrica (GT-ZEE/DF). Lembrou que o diagnóstico da disponibilidade hídrica do DF vai orientar as diretrizes que serão definidas no ZEE/DF. Salientou que hoje entrou no ar o portal do ZEE, com todas as informações relacionadas ao desenvolvimento do trabalho e alguns resultados já alcançados. Este trabalho dará as bases necessárias para algumas audiências públicas e setoriais no CRH, CONAM, COMPLAN, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho de Desenvolvimento Econômico, etc., que devem ocorrer no mês de junho para debater o ZEE/DF. Vamos preparar a proposta de Lei do ZEE para fazermos a primeira audiência na Câmara Legislativa do DF e esse estudo é central para tratarmos estas questões. O ZEE vai influenciar outros instrumentos de planejamento e uso do solo e, sobretudo, o licenciamento ambiental. O CONAM está fazendo um debate sobre as normas de licenciamento ambiental fazendo um esforço, simultâneo ao que está sendo feito no CONAMA, de revisão das Resoluções 01/86 e 237/97. A ideia é mudar o eixo do licenciamento, hoje focado em análise documental e tentar fortalecer a parte de monitoramento. Neste sentido o ZEE pode contribuir muito para este processo. A seguir, passou a palavra à Conselheira Maria Silvia, que proferiu a apresentação, que trouxe um panorama do contexto dos trabalhos do ZEE/DF relacionados com a água e o diagnóstico e indicadores da situação das águas no DF, no tocante a qualidade e quantidade. O Conselheiro Jorge Enoch/EMBRAPA lembrou que o trabalho é focado em tentar entender como está a capacidade de suporte hídrico do DF: quanto temos de água, se a quantidade que temos nas Bacias é satisfatória para a população já instalada, em termos de quantidade e qualidade, se podemos ampliar o adensamento, se temos capacidade de tratarmos os nossos esgotos, etc. A apresentadora lembrou que o trabalho contou com a participação de outras instituições, especialmente da CAESB. A Conselheira Raquel Brostel salientou que o principal enfoque é o planejamento do esgotamento sanitário. A questão é que quando esse planejamento vai ser implementado, tudo o mais já está instalado, a cidade já está

Folha Nº 186
Processo Nº 393000092/2015

Rubrica 2679411

18ª Reunião Extraordinária CRH/DF

52 pronta. A ideia é inverter esta ordem, de modo que todas estas questões entrem no
53 planejamento urbano previamente à sua concretização. A conselheira Maria Sílvia prosseguiu
54 com a apresentação lembrando que o objetivo do trabalho do GT de Disponibilidade Hídrica é
55 fazer valer a Lei Orgânica do DF que diz que o planejamento tem que ser por Unidade
56 Hidrográfica – UH, e isso ainda não está sendo feito. Assim foi desenvolvida a Base
57 Hidrográfica, aprovada em 2015, com as 41 UH. Tivemos que rebuscar um conjunto grande
58 de informações, no PGIRH, no PDOT, as informações do ZEE produzidas anteriormente, as
59 Resoluções sobre qualidade e quantidade de água, a partir das bases de dados da ADASA e da
60 CAESB. Foi feito um esforço grande para compatibilizar estas bases, mas isto já configura
61 um legado. O PGIRH tem quatro grandes componentes de programas e projetos definidos ao
62 final do projeto. O trabalho que vem sendo feito neste GT visa trazer elementos e estruturar
63 informações que vão ajudar vários componentes na implementação do PGIRH, por exemplo,
64 no componente 1: a implementação do enquadramento e a discussão da outorga. No
65 componente 2: a discussão da gestão de águas em áreas de mananciais. No componente 3: o
66 conhecimento dos recursos hídricos, que é o cerne do nosso trabalho. Por fim, o componente
67 4: mudança do marco legal, acompanhamento do PGIRH, gestão compartilhada do ZEE e
68 PDOT, que também é central deste trabalho aqui apresentado. O primeiro exercício foi buscar
69 esta transversalidade no olhar, na análise e na forma de comunicar. Estamos trabalhando para
70 construir as pontes do ordenamento territorial com os impactos sinérgicos, a exemplo da
71 regularização fundiária do Vicente Pires. O trabalho mostra as zonas de expansão e
72 qualificação urbana. Do ponto de vista do Fósforo, sob qualquer ótica, essa bacia está crítica,
73 não suporta mais esgoto. Ou endereçamos isto ou vamos estrangular a concessionária. Para
74 entendermos o contexto dessa convergência de olhares tivemos que dar um passo atrás e
75 olharmos outros instrumentos. Porque o desenvolvimento sustentável é o objetivo primeiro da
76 Lei do ZEE. Trabalhamos pensando na capacidade de suporte, e aí demos um passo atrás para
77 entendermos o que é infra estrutura ecológica e serviços ecossistêmicos, entre outros
78 pressupostos. Primeiro: serviços ecossistêmicos são benefícios diretos e indiretos prestados
79 pela natureza e dependem da integridade da infraestrutura ecológica dos ecossistemas.
80 Segundo: as atividades econômicas, a coesão da sociedade e o bem estar humano, que são os
81 elementos base do ZEE, são dependentes dos serviços ecossistêmicos, porque as atividades
82 econômicas são sustentáveis, apenas quando os ecossistemas são resilientes. Como trabalhar o
83 desenvolvimento nestes termos? É fundamental definir a capacidade de suporte dos recursos,
84 para a provisão do fluxo dos serviços ecossistêmicos, definindo, sempre que possível, os
85 limites. Estamos definindo isto: a capacidade de suporte, olhando as principais ações de
86 Estado e de suas obrigações, a partir do saneamento, por exemplo, nos seus quatro
87 componentes. Tentamos aqui responder qual é a capacidade de suporte para a água e quais são
88 as áreas críticas do Território, onde a gestão se faz prioritária. Demos um passo atrás e
89 pegamos a avaliação ecossistêmica por cenários, que foi trabalhado pelo GT de cenários do
90 ZEE: regulação, habitat, produção e informação. Os mapas vão mostrar as áreas que têm mais
91 risco de perder serviços ecossistêmicos. O risco vai ser a probabilidade humana de gerar
92 impacto naquela porção do Território. Agora estamos identificando quais são os tipos de
93 serviços ecossistêmicos existentes no cerrado, que se eliminarmos e/ou modificarmos esta
94 paisagem, nos privamos do serviço. Fizemos um levantamento das áreas que possuem
95 sobreposição de risco. O resultado mostrou que em determinadas áreas há acúmulo de três
96 tipologias de risco. Outro estudo que está sendo feito é o que mostra os eixos produtores de
97 água potável no DF, apresentando as áreas estratégicas, sem as quais as APMs vão morrer, e
98 nessas áreas vamos ter que conviver com vários usos do solo. Temos o eixo de adensamento
99 do PDOT que subsidia ações socioeconômica e de planejamento. É necessário fazer uma
100 macro reflexão da questão hídrica no DF. Vamos tentar entender no que estas questões podem
101 contribuir com o trabalho desenvolvido no GT Enquadramento, no que se refere à qualidade e
102 quantidade de água, porque o GT fez um diagnóstico da infraestrutura instalada e aqui temos

103 o diagnóstico da qualidade e quantidade d'água. A apresentadora falou dos resultados dos
104 trabalhos até este momento. Para o fator quantidade de água, orientado pelo marco legal
105 vigente, temos três indicadores: 1 - Comprometimento da vazão outorgável, que representa a
106 demanda outorgada face à disponibilidade hídrica das UHs. Vai responder quanto de água
107 está sendo outorgada hoje e quanto é possível autorizar sem comprometer o RII. 2 -
108 Comprometimento da vazão remanescente medida no rio, por meio da comparação da
109 situação real do rio em função da situação de referência: como está e como deveria estar
110 (atualmente não temos como aferir a qualidade ambiental do rio). 3 - Comprometimento dos
111 lagos, mostrará a situação da vazão de referência (vazão regularizada), a qual, no DF, não
112 admite falha no fornecimento. Ambientes com movimento mais lento de água e o risco de
113 eutrofização, caso tenha um aporte forte de fósforo. O primeiro indicador, que é o
114 componente da vazão outorgada, trará contribuições para a gestão do Território, mais
115 especificamente para a outorga e o licenciamento ambiental. Vamos trabalhar estes
116 indicadores de três formas: 1 - Autorização, que é a outorga para retirar água bruta. 2 -
117 Outorga para lançamento e diluição de efluentes. 3 - Outorga total que é a soma por UH das
118 outorgas concedidas. O Conselheiro Montenegro pergunta se a outorga para lançamento de
119 águas pluviais está considerada nesse total? A apresentadora respondeu que não, este é um
120 fator que precisa aprimorar. O mapa mostra a cor em vermelho toda vez que o uso atingir a
121 marca de 70% do total autorizado, que é de 80%. Lembrando que precisamos aprofundar o
122 debate não só da extração de água para o parque nacional, mas também a irrigação. Temos
123 que pensar quais usos vamos fazer desta água na ocupação do território. 2 - Diluição de
124 efluentes. Temos algumas UH que já são críticas, a exemplo da região do Alagados. Olhamos
125 os 80% de uso da água do rio. Agora vamos analisar os 20% mantidos no rio. Dizemos que o
126 rio está comprometido quando não mantemos os 20% recomendados pela legislação. Em
127 muitos pontos do DF temos esses 20% comprometidos. O lago Paranoá depende de muitos
128 estudos adicionais, porque são muitos usos e destinações. A seguir, passou aos indicadores da
129 qualidade da água, que vão analisar os parâmetro BDO e Fósforo e a poluição pontual nas
130 ETEs e a poluição difusa nas áreas urbanas e rurais. Nas áreas urbanas é considerada a
131 drenagem e nas áreas rurais são consideradas as atividades agropecuárias, a drenagem e
132 esgotamento sanitário. Os indicadores observados foram: Atendimento ao Enquadramento,
133 considerando às metas finais do enquadramento, aferindo a concentração do parâmetro no
134 exutório; segundo os usos preponderantes, em classe, por trechos de rio. Outro indicador
135 analisado foi o grau de comprometimento da qualidade da água no DF, por meio do gradiente
136 de comprometimento da qualidade da água de cada corpo receptor. Quando a apresentadora
137 mostrou o mapa de poluição difusa para o parâmetro Fósforo, o Conselheiro
138 Montenegro/ABES/DF perguntou como foi feita a medição, ou seja, como conseguiu separar
139 a contribuição da poluição difusa da carga resultante da ETE do Riacho Fundo que está dentro
140 da mesma bacia? Foi explicado que foi a partir da base teórica, foi feita uma aferição com
141 prazo de monitoramento para aferir o valor teórico. A Conselheira Raquel Brostel/CAESB
142 explicou que, quando a CAESB começou a trabalhar com a carga difusa a intenção não era
143 alimentar os mapas mas, futuramente, conseguir trabalhar nos Lagos e isso demandava os
144 valores teóricos. Então foi feito coeficientes para três bacias de características diferentes -
145 urbano, rural e natural, que foram a bacia do Paranoá, do Descoberto do Pipiripau e a partir
146 desses, foi feito o coeficiente de carga difusa. Ficou claro que o coeficiente não está medido,
147 trata-se do coeficiente difuso estimado. O Conselheiro Montenegro da ABES/DF chamou a
148 atenção para o fato de que há uma poluição difusa típica da ocupação urbana, relacionada com
149 o trânsito de veículo, outra proveniente da qualidade da limpeza urbana e outra das ligações
150 clandestinas de esgoto nas galerias de águas pluviais e lançamento no próprio curso d'água.
151 Assim, sugeriu que estes fatores sejam mais investigados para que se possa apontar as ações
152 corretivas. Lembrou também que hoje o DF tem o melhor tratamento de esgoto do país, dada
153 a disponibilidade de ETEs e do grau de tratamento feito, no entanto, a CAESB se descuidou

154 muito da tarefa de colocar esgoto dentro das ETEs. A tarefa dela é coletar, transportar e tratar
155 esgoto. Se no meio do caminho este esgoto está se perdendo ela está negligenciando alguma
156 etapa. Precisa corrigir. O Conselheiro José Francisco Júnior/UnB chama a atenção para o fato
157 de que a resolução CONAMA trás um grave problema para o DF em relação ao Fósforo,
158 porque os valores da Resolução são muito superiores ao encontrados naturalmente nos riachos
159 naturais de Cerrado. Se nós usarmos o que está estabelecido na Resolução CONAMA, nós
160 vamos estar admitindo impactar os nossos rios. Isso vai provocar a alteração do ecossistema,
161 que é o que estamos tentando evitar aqui. A Conselheira Maria Sílvia lembrou precisamos ter
162 valores de referência específicos para o DF, mas neste trabalho do ZEE, estamos
163 considerando o estabelecido no marco legal vigente. O Conselheiro Rafael/ADASA lembrou
164 que apesar da ADASA não avaliar o parâmetro Fósforo nas outorgas, ela sabe que onde tem
165 ETE, tem um lançamento pontual. No exutório da UH nós monitoramos quanto de fósforo tá
166 chegando ali. Então essa diferença é o que consideramos difuso. E nas UHs onde não temos
167 cadastro de nenhum lançamento pontual, então todo é considerado lançamento difuso. A
168 seguir, a Conselheira Maria Sílvia apresentou as dificuldades importantes detectadas pelo
169 ZEE, que remetem à necessidade de amadurecimentos intra e interinstitucional para fortalecer
170 o sistema de gestão das águas no DF, para que o GT aprofunde os estudos e aponte caminhos
171 possíveis para a solução dos problemas. Essas dificuldades tentam responder se o olhar dado
172 até o momento é olhar que precisamos para solucionar os problemas existentes e os que virão,
173 visto que: 1 – Os dados existentes são pouco acessíveis, sem mecanismos de transparência e
174 sem padronização. 2 – Os dados precisam ser ajustados e a documentação que subsidia o
175 ajuste deve estar disponível por região e por UH em acordo com o PGIRH. 3 – As UHs
176 precisam ser monitoradas em seu exutório. Após, apresentou ao GT do CRH algumas
177 recomendações para estudos: 1 - Compatibilizar os estudos de disponibilidade com a rede de
178 monitoramento de forma a retratar a situação das UH's do DF contemplando os diversos usos
179 (implantar monitoramento de qualidade capaz de avaliar os diversos impactos dos usos no rio
180 (agrotóxicos, etc.)). 2- A rede deve ser capaz de monitorar trechos de rio com enquadramentos
181 distintos na mesma UH (o monitoramento apenas no exutório das UH's não possibilita o
182 acompanhamento do enquadramento vigente (por trechos de rios)). 3 - A rede deve ser capaz
183 de gerar dados necessários para a produção de indicadores que possam aferir o cumprimento,
184 tanto normativo (situação real do rio) e de gestão (instrumentos à exemplo da outorga). Os
185 aprendizados, para a gestão, são diferentes com a tipologia de indicador usado. 4 - O plano
186 deve prever padronização dos dados e informações e os mecanismos para o acesso e o
187 compartilhamento via geoserviço. O plano deve possibilitar meios para induzir a qualificação
188 dos instrumentos vigentes (Outorga e Licenciamento Ambiental). 5 - A poluição difusa deve
189 prever estudos específicos de monitoramento para gerar valores de referência. 6 - A
190 distribuição das estações de monitoramento deve ser planejada a partir de um conjunto de
191 critérios, que prepare o DF para o futuro, desta forma, faz-se necessário aumentar a cobertura
192 do monitoramento nas UH's onde há conflito ou há previsão de conflito (particularmente, nas
193 UHs que já apresentam alto nível de comprometimento (quantidade e/ou qualidade e nas UHs,
194 previsão formal de intensificação do uso do solo e do adensamento dos pontos de
195 monitoramento. Finalizou a apresentação. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF pediu para a
196 apresentadora explicar melhor a informação de que nem todas as UHs são monitoradas no seu
197 exutório. O Conselheiro Rafael/ADASA informou que foi criado, recentemente, a UH 41, esta
198 ainda não tem monitoramento. Na bacia do Maranhão deve ter outras UHs que não estão
199 sendo monitoradas, contudo, tem UH com mais de um ponto de monitoramento. A senhora
200 Eliane Rocha/CAESB informou que na UH intermediária do Descoberto, não tem
201 monitoramento no exutório, só na foz. A Conselheira Raquel Brostel/CAESB lembrou que o
202 Ponte Alta e o Alagados têm pontos de monitoramento na divisa do DF mas não no exutório.
203 O Conselheiro Rafael/ADASA salientou que a Rede da ADASA tem um código no
204 HIDROWEB, onde, por meio do Datalog, os dados são coletados a cada dois minutos e

205 disponibilizados no sistema. A Conselheira Maria Sílvia argumentou que as recomendações
 206 são para dados complementares a este, ou que possam ser melhor trabalhados para atender ao
 207 Licenciamento e a Outorga, por exemplo, e ainda, para definir valores de referência para
 208 questões específicas e necessárias ao monitoramento. O Conselheiro Montenegro da
 209 ABES/DF pediu que seja melhor caracterizado o que se deseja com "definir valores de
 210 referência". A seguir o pediu que os Conselheiros se façam presentes nas reuniões do GT e da
 211 Câmara Técnica, para apresentarem suas contribuições de alterações das Metas do
 212 PROGESTÃO e alocação dos recursos, e ainda, as adequações ao Diagnóstico e ao Plano de
 213 Monitoramento de RH, bem como, as melhorias do Diagnóstico do Monitoramento. O
 214 Conselheiro informou que no dia 23/03, está agendada a reunião do GT Enquadramento. No
 215 mês de abril a Agência Nacional de Águas irá apresentar para o GT Enquadramento e para a
 216 Câmara Técnica o funcionamento do HIDROWEB e do SNIRH, que são os dois sistemas que
 217 competiriam com a proposta para termos um sistema próprio de monitoramento de RH. O
 218 CRH sugeriu que era melhor analisar com mais cuidado essa proposta de uso do HIDROWEB
 219 e do SNIRH, e vamos fazer isto no dia 06/04. Também sugerimos a inclusão da proposta da
 220 Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS/DF na análise geral do ZEE,
 221 porque ela trabalha a questão da impermeabilização de Lotes no DF. Ainda neste assunto, eu
 222 quero lembrar aqui, que eu não conheço nenhuma regulamentação para impermeabilização
 223 em áreas públicas, só para o privado. Sobre a questão do esgoto na drenagem quero reforçar a
 224 seriedade do problema e a necessidade de retomar a operação caça esgoto. A ADASA vai
 225 começar fazer a pesquisa de lançamento clandestino de esgoto na Rede. Quero salientar
 226 também, que na Ceilândia, uma parte do esgoto é despejado na Bacia do Descoberto, e nessa
 227 apresentação aqui, que mostra o Ribeirão das Pedras como sendo um ponto crítico, sugere que
 228 a gestão do Território de Ceilândia, que está dentro do Ribeirão das Pedras, seja feita de uma
 229 forma mais exigente, do ponto de vista da drenagem, do caça esgoto, da limpeza urbana, etc.
 230 O Riacho Fundo II fica dentro da Bacia do Paranoá e, no entanto, o esgoto é exportado e
 231 tratado na ETE Recanto das Emas. Essa questão de como o esgoto está sendo tratado e a
 232 transposição de Bacias realizadas, merecem uma análise mais aprimorada para esclarecer
 233 estas questões. A Conselheira Adriana/SEGETH esclareceu que, dentro do planejamento
 234 territorial a SEGETH sempre busca aproveitar o sistema já existente e, entre adensar e
 235 expandir, e escolha é pelo adensamento, mas sempre é uma decisão de governo. Na SEGETH
 236 temos muita dificuldade em fazer o planejamento sem o plano de bacias hidrográficas. Aqui
 237 estou percebendo que se trabalhou em termos de UHs, e isto é imprescindível. A LUOS é uma
 238 instrumento de análise menor que o ZEE e o PDOT, então acredito que devemos seguir nesta
 239 sequência, de fazermos o ZEE, reavaliarmos o PDOT e só depois irmos para a LUOS, que
 240 está colocada só para as áreas urbanas registradas em cartório, sem tratar de parcelamento do
 241 solo. O Conselheiro Sérgio Koide/UnB lembrou que as Portarias da ADASA orientam que
 242 podemos usar como parâmetros estatísticos a referência de médias das mínimas, que devem
 243 ser usadas quando se trata de dados uniformes, porém, quando tratamos de dados muito
 244 flutuantes, essa média de mínima não são recomendadas. Precisamos definir esta questão.
 245 Outra grande preocupação é conhecer as vazões dos rios, porque medimos as vazões dos rios,
 246 mas não fazemos reconstituição de vazão natural, porque as vazões de referência se referem
 247 às vazões sem captação e esse levantamento é muito difícil de fazer, mas é possível. Esse
 248 levantamento das vazões natural é fundamental porque estamos fazendo outorgas, etc. em
 249 cima de uma vazão já subtraída. Todo o estudo de referência deve ser feito em cima da vazão
 250 natural, porque se o rio tá baixo, eu imagino que posso tirar mais água e, na verdade não, eu
 251 tenho que ver o como era o rio antes de eu começar a tirar água. Quando se faz uma outorga
 252 de lançamento podemos afirmar o lançamento de "X" quilos de DBO, "X" quilos de Fósforo
 253 por dia, e a concentração é em relação ao corpo d'água. A outorga é em relação ao quanto se
 254 está lançando e o lançamento tem que ser em função de carga. Isso é uma coisa que temos que
 255 mudar. Aqui no DF é a CAESB a principal outorgada, mas temos frigoríficos, etc. que

256 precisamos regular. O Conselheiro Mourão lembrou que os grupos trazem informações
257 técnicas importantes, e que seria interessante se eles tivessem secretários que pudessem anotar
258 estas recomendações e trazê-las ao final para trabalharmos, de modo que elas não se percam
259 no tempo. Dessa forma seria muito importante se estas considerações aqui apresentadas
260 fossem levadas ao CONPLAN, para que tomassem conhecimento da magnitude das
261 discussões e dos trabalhos realizados por este Conselho, para que todos se comprometam
262 igualmente com esta causa. Esta discussão do PDOT, ZEE e LUOS ela tem enormes
263 implicações, inclusive política. Porque nós trocamos o sistema de gerenciamento do Território
264 por um sistema de unidade de planejamento que não é de unidade hidrográfica. A LUOS está
265 baseada em um sistema de unidade de planejamento que já não casa com isto que estamos
266 tratando aqui. O PDOT trabalha com outras referências também. É preciso falarmos uma
267 mesma linguagem, visto que trabalhamos com o mesmo objeto. O presidente da reunião
268 sugeriu que antes de propormos uma consulta ao ZEE fazermos a apresentação destas
269 questões ao CONPLAN para o cruzamento das informações ZEE, PDOT e LUOS versus
270 adensamento e capacidade de suporte hídrico. A Conselheira Ana Paula/FIBRA lembrou que
271 está sendo trabalhada uma política de desenvolvimento industrial para o DF, em atendimento
272 a algo que há anos que a sociedade vem cobrando para ter o mínimo de orientação possível
273 nesse sentido. Então, como estas informações, que aqui estão sendo apresentadas, do aspecto
274 do ordenamento territorial dentro do ZEE, podem ser levadas para o setor industrial? O
275 presidente da reunião informou que a SEMA teve uma reunião na FIBRA, há uns seis meses,
276 com a finalidade de ouvir as empresas que estão trabalhando com o desenvolvimento
277 econômico industrial para apresentar propostas e fazermos um debate em torno destas
278 propostas. Após, foi feita uma reunião do Comitê político do ZEE para aprimorar o debate e
279 tentar compor as diretrizes iniciais. Ainda não tivemos um retorno disto. O que queremos é
280 que tão logo estes fundamentos estejam prontos no ZEE, que retomemos estas conversas e
281 possamos apresentar e ouvir da área que está produzindo estes estudos quais são as
282 convergências e compatibilidades. Em paralelo estamos planejando fazer uma oficina na
283 FIBRA para que ela possa colocar as preocupações do setor e inclui-las no trabalho que
284 estamos fazendo. A Conselheira Maria Sílvia acrescentou que o ZEE recebeu a política
285 de desenvolvimento produzida para o DF, do qual o seguimento industrial é uma das
286 alavancas. Nós fizemos um seminário do ZEE com a FIBRA e a CODEPLAN para podermos
287 aprofundar isto. Passado um ano, fechamos um dos documentos do ZEE que também vai para
288 o site do ZEE, dia quinze deste mês, onde serão apresentadas as alternativas de estratégias de
289 alocação Territorial de empreendimentos produtivos. Nós assumimos no ZEE dois desafios
290 importantes: 1 - Que precisamos ter no ZEE áreas pra três tipologias de empreendimentos
291 diferentes (aqueles que se diluem na cidade - comércio e serviço, com o desafio de
292 descentralizar do Plano Piloto a geração de empregos pra outras RAs constituídas, como
293 estratégia do desenvolvimento econômico proposta nesse grupo). 2 - Nas bordas dos
294 ambientes urbanos concentrar empreendimentos que precisam de escalas e que são
295 compatíveis com a área urbana, que não são excessivamente portadores de contaminação, etc.,
296 mais próxima à infraestrutura e rodovias, etc. 3 - Uma terceira tipologia que é aquela de
297 natureza industrial *stricto senso*. Esta estará posicionada um pouco mais distante no prazo,
298 visto que o PDOT não dispõe de áreas possíveis para este fim, e para isto, precisamos da
299 revisão do PDOT para indicar. Então, a ideia do ZEE foi apontar subzonas para diretrizes
300 possíveis. O Conselheiro Rafael/ADASA esclareceu que, sobre vazão natural e vazão de
301 referência é importante lembrar que o DF tem um plano de recursos hídricos, resultante de um
302 trabalho elaborado por uma empresa altamente especializada, que resultou em um documento
303 bem específico e extenso, que é o PGIRH. Nós só podemos dar outorga mediante um plano e
304 o plano que nos norteia é o PGIRH, onde temos a vazão natural calculada por este plano.
305 Concordamos que é o momento de atualizar este plano, mas é preciso avaliar se partimos logo
306 para a atualização do PGIRH ou se partimos para o plano de bacias local. Quanto ao cálculo

307 da vazão de referência, a Lei não fala que deve ser $Q_{7/10}$ ou Q_{90} . Temos uma Resolução da
308 ADASA dizendo que estas são as referências usadas no país hoje, mas, que se houver dados
309 com confiabilidade podemos partir para uma vazão diferente. O PGRIH sugeriu que
310 usássemos a Q_{mmm} . Temos que ser cautelosos nessa revisão porque se mexermos nessa vazão
311 a CAESB perde outorga, a irrigação será altamente prejudicada podendo até cessá-la. Então
312 temos que ter muito cuidado ao analisar esta questão porque temos muitos fatores envolvidos
313 que devem ser estudados com cuidado. $Q_{7/10}$ e Q_{90} é uma vazão Flat, definidas para o mês de
314 janeiro a dezembro. A média das mínimas mensais possibilita, por exemplo, a CAESB retirar
315 mais água, aqui no Bananal, nos meses de janeiro a abril, período de abundância de água e
316 diminuir a retirada nos períodos de maior escassez, que passa pela vazão Flat, $Q_{7/10}$ e Q_{90} . A
317 mesma análise serve para os irrigantes. Hoje, a outorga para pivô central, cuja curva já é
318 conhecida, não é mais concedida para os meses de julho a setembro. Em contrapartida, estão
319 investindo em reservatório pulmão, que significa retirada de água no momento em que a
320 disponibilidade é maior e colocada em reservatório pulmão para uso no período crítico. Então
321 se for necessário reavaliar, isso deve ser feito com muito cuidado, porque vai afetar as
322 outorgas da CAESB, dos irrigantes, etc. O Conselheiro Sérgio Koide/UnB manifestou que a
323 observação foi para bacias que não estão sendo feitas retirada de água e estão parecendo como
324 se já estivessem em níveis críticos. Isso mostra que as médias das mínimas estão levando à
325 distorções. Isso favoreceria se mudássemos de padrão. Se você usar qualquer padrão, $Q_{7/10}$ e
326 Q_{90} , se quiser fazer outorga mensal você pode fazer pela $Q_{7/10}$ e Q_{90} , você não precisa fazer
327 anual. O Conselheiro Mourão/Fórum das ONGs ressaltou que, tendo em vista que temos uma
328 jornalista no Conselho, podemos produzir pequenas peças com esses aspectos, como o GT de
329 disponibilidade hídrica, matriz socioeconômica, etc., e divulgarmos na imprensa, penso que
330 será fortemente divulgada e ajudará a desfazer esta impressão negativa que se tem do ZEE. O
331 presidente da reunião ratificou as colocações do Conselheiro Mourão. A Conselheira Maria
332 Sílvia/SEMA lembrou que a ideia é fazer um encaminhamento formal para o GT e colocar a
333 base à disposição para o que precisar. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF, lembrou que é
334 preciso que o Conselho discuta a capacidade do GT atender estas demandas, porque, ou
335 estruturamos o GT no sentido de reforçá-lo ou encaminhamos estas demandas para a CTPA.
336 O presidente da reunião salientou que na verdade, se isto for encaminhado ao GT, é com o fim
337 de enriquecer o documento naquilo que lhe compete. Outra proposta é criar um novo GT,
338 mais específico para este fim. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF, salientou que entende
339 que a matéria deve ser encaminhada à CTPA, e lá avaliamos como será o procedimento
340 adotado. O que foi acordado pelo Conselho. O presidente prosseguiu com o **item 3 da pauta:**
341 **informes.** O Conselheiro Rafael/ADASA informou que no dia 10/03 acontecerá a reunião
342 ordinária do CBH Paranaíba para discutir o tema agência e cobrança de água no Paranaíba e
343 votar a cobrança. Não havendo mais considerações, o Presidente encerrou a reunião. A
344 presente ATA será lida, aprovada e assinada pelos conselheiros presentes e, posteriormente,
345 publicada o extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

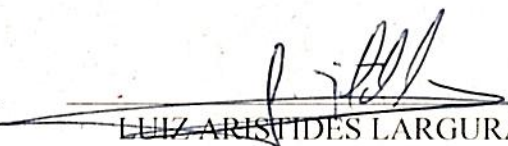
ANDRÉ LIMA
SEMA

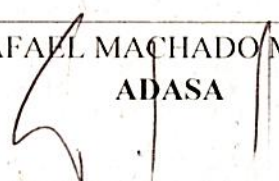
Folha Nº 189
Processo Nº 393.000.062/2035
Rubrica 2679711

ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE
SEGETH

DIEGO BERGAMASCHI
SINESP

JANE MARIA VILAS BÔAS
IBRAM

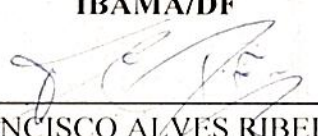

LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS
IBRAM


RAFAEL MACHADO MELLO
ADASA


RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
CAESB

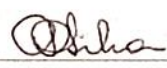
MANOEL ALESSANDRO M. DE
ARAÚJO
IBAMA/DF

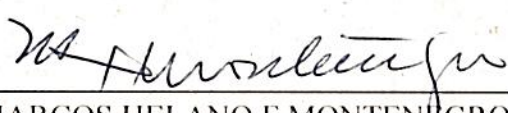
JORGE ENOCH FURQUIN W. LIMA
EMBRAPA


FRANCISCO ALVES RIBEIRO
SRDF


ANA PAULA D. M. DE CASTRO PESSOA
FIBRA

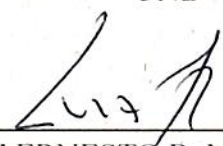
TEREZINHA LIMA
ÚNICA/DF


ANA PALMIRA SILVA
CBH/PARANOÁ


MARCOS HELANO F. MONTENEGRO
ABES/DF


SÉRGIO KOIDE
UNB

JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR
UNB


LUIZ ERNESTO B. MOURÃO SÁ
FÓRUM DAS ONGs